Nota para a Imprensa

28.11.2022





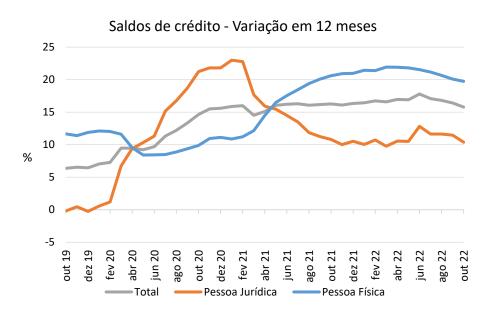
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em outubro de 2022, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,6 trilhões (153,3% do PIB), com elevação de 1,5% no mês. Esse aumento foi explicado majoritariamente pelos empréstimos da dívida externa (expansão de 5,6%, apesar da apreciação cambial de 2,8% observada no mês) e pelos empréstimos do SFN no mercado doméstico (que cresceram 1,1%). Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,8%, com relevância para os crescimentos na carteira de empréstimos do SFN (15,9%) e na carteira de títulos públicos de dívida (9,8%).

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,1 trilhões (53,8% do PIB), alta de 1,9% no mês, influenciada principalmente pelos aumentos de 5,5% nos empréstimos da dívida. No período de 12 meses encerrado em outubro, a elevação de 10,9% do crédito ampliado a empresas decorreu principalmente dos crescimentos de 29,5% em títulos de dívida e de 11,5% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias atingiu R\$3,4 trilhões, equivalentes a 35,4% do PIB, em outubro, com aumentos de 2,0% no mês e de 18,7% em doze meses, em linha com o comportamento dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O volume de crédito do SFN alcançou R\$5,2 trilhões em outubro, elevação de 1,0% mês, composta redução de 0,1% no volume de crédito pactuado com jurídicas (R\$2,1 pessoas trilhões) em contrapartida ao aumento de 1,8% no de pessoas físicas (R\$3,1 trilhões). Nas comparações com iguais períodos do ano anterior, o incremento no volume de crédito evidenciou desaceleração ao passar de 16,4%

setembro para 15,8% em outubro. Por segmento de crédito, observou-se arrefecimento tanto no crescimento interanual do volume de crédito para empresas, que passou de 11,5% para 10,4%, quanto no destinado às famílias, 20,1% para 19,7%, na mesma ordem.

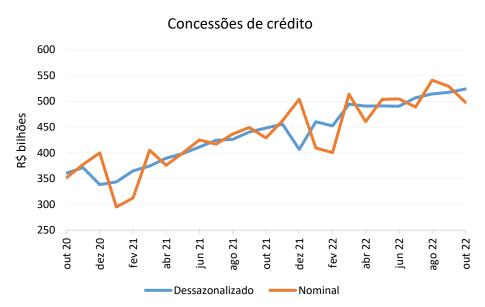
O volume de crédito com recursos livres às empresas totalizou R\$1,4 trilhão em outubro, com redução de 0,4% no mês e expansão de 13,5% em doze meses. Entre as modalidades de crédito que contribuíram



para a contração do volume de crédito livre para pessoas jurídicas em outubro, sobressaiu-se a redução das carteiras de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-7,0%) e repasses externos (-7,6%).

O volume de crédito com recursos livres às famílias atingiu R\$1,7 trilhão em outubro, com elevações de 1,8% no mês e de 20,9% em doze meses. Por modalidades, a expansão do crédito livre às famílias concentrou-se nas operações de cartão de crédito (+2,0%), crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público (+2,4%) e crédito pessoal não consignado (+1,5%).

O volume de crédito com recursos direcionados alcançou R\$2,1 trilhões em outubro, elevações de 1,3% no mês e de 13,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Por segmento, as operações contratadas com o segmento empresarial assinalaram incrementos de 0,4% no mês e de 4,9% em doze meses, atingindo R\$724,5 bilhões. Nas operações com as famílias, o volume de crédito direcionado elevou-se em 1,8% no mês e 18,2% em doze meses, totalizando R\$ 1,4 trilhão, com crescimento do volume concentrado em crédito rural (+3,9%) e nos financiamentos imobiliários (+1,0%), ambas modalidades com taxas reguladas.

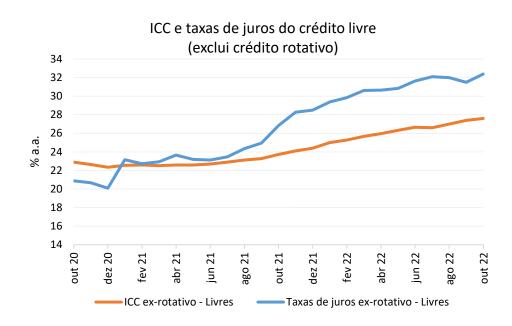


As concessões totais de crédito totalizaram R\$498 bilhões em outubro, com elevação de 23,2% acumulado em doze meses, em relação aos doze meses anteriores. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões para empresas famílias assinalaram altas de 0,6% e 0,2% mês, no respectivamente.

O custo médio das novas contratações de crédito alcançou 29,9% a.a. em outubro, com incrementos de 1,1 p.p. no mês e de 6,9 p.p. em doze meses. O *spread* bancário das novas contratações situou-se em 20,1 p.p. em outubro, com elevações de 1,2 p.p. no mês e 5,0 p.p. em comparação a outubro do ano anterior.

O custo médio do crédito livre para os tomadores atingiu 42,4% a.a. em outubro, registrando incrementos de 1,7 p.p. no mês e de 10,0 p.p. em doze meses. Nas novas contratações de crédito firmadas com o segmento empresarial, o custo médio do crédito atingiu 23,5% a.a. (+0,5 p.p. no mês e +4,6 p.p. em doze meses). Nas contratações de crédito com as famílias, o custo médio do crédito alcançou 56,6% a.a. (+2,6 p.p. no mês e +13,4 p.p. em doze meses).





O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,6% a.a., elevando-se 0,3 p.p. no mês e 3,6 p.p. em 12 meses. No crédito livre não rotativo, o ICC atingiu 27,9% a.a., com variações de 0,3 p.p. em setembro e de 4,2 p.p. em 12 meses. O spread geral do ICC apresentou crescimento de 0,2 p.p. no mês (14,1 p.p.), acumulando elevação interanual de 1,8 p.p.

A inadimplência do crédito total do sistema financeiro, que considera os atrasos superiores a 90 dias, registrou alta de 0,1 p.p. ao atingir 3,0%. Por segmento, a inadimplência registrou elevação de 0,1 p.p. no crédito livre (4,2%), enquanto que no crédito direcionado a inadimplência se manteve estável (1,2%).

O endividamento das famílias com o SFN alcançou 49,9% em setembro, o que representou estabilidade no mês e elevação de 2,3 p.p. em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda registrou elevações respectivas de 1,0 p.p. e 3,3 p.p., situando-se em 28,7%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$398,6 bilhões em outubro, crescimento de 1,3% no mês e de 0,6% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação e as reservas bancárias aumentaram 1,4% e 0,7%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, resultaram em expansão as operações do Tesouro Nacional, R\$1,2 bilhão, operações com títulos públicos federais, R\$15,6 bilhões (resgates líquidos de R\$13,3 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$2,3 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$15,4 bilhões (recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$371 milhões; de recursos de cadernetas de poupança, -R\$206 milhões, liberação de depósitos voluntários a prazo, +R\$15,2 bilhões e de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$700 milhões). Tiveram comportamento contracionista as operações do setor externo, R\$4,8 bilhões, as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$5,3 bilhões, e as operações com derivativos, R\$12,8 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram R\$588,6 bilhões em outubro, redução 1,6% no mês, decorrente da diminuição dos depósitos à vista em 3,3% e do aumento do papel-moeda em poder do público de 0,4%. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 apresentou retração de 1,6% no mês.



O M2 manteve-se estável no mês, com saldo total de R\$4,9 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança recuou 0,3%, somando R\$992 bilhões, após registrar resgates líquidos de R\$11 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras aumentou 0,3%, totalizando R\$3,3 trilhões, apesar da contração de 0,2% no saldo dos depósitos a prazo, que registraram resgates líquidos de R\$18,3 bilhões no período, o que foi contrabalançado pela expansão das letras de crédito (LCA e LCI) em 2,2%. O M3 registrou variação positiva de 0,3% no período, totalizando R\$9,6 trilhões, refletindo o avanço de 1% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário, que totalizou R\$4,5 trilhões. O M4 cresceu 0,5% no mês, totalizando R\$10,5 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 12,8%.

4. Revisão extraordinária de dados

A <u>Política de Revisão das Estatísticas Econômicas</u>, publicada em novembro de 2022 (2ª edição), estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificados novos dados, sejam eles originados nas fontes de informação ou nos processos de compilação. Em virtude da divulgação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início deste mês, as estimativas mensais da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) foram revisadas. A principal fonte de elevação da RNDBF em 2020 ocorreu no componente de renda do trabalho. Adicionalmente, foram incorporadas a essas séries correções realizadas nas estatísticas de crédito. Com essas mudanças, foram revisadas extraordinariamente as séries de endividamento e comprometimento de renda, publicadas na Tabela 27 desta Nota para a Imprensa, bem como no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS).

